

## Alerta Legislação nº 9, de 25 fev. a 02 mar. 2019

### Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

## DESTAQUES

### Governo Federal

#### **DECRETO Nº 9.716, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019**

Revoga dispositivos do Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019, que altera o [Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#), que regulamenta a [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#) - Lei de Acesso à Informação.

### Prefeitura de São Paulo

#### **DECRETO Nº 58.643, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019**

Dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional no ano de 2019.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

**PUBLICAÇÃO  
DOU**

**SUPERIOR**

**28/02/2019**

#### **Retificação**

#### **DECRETO Nº 9.711, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências.

*(Publicado na Edição Extra do Diário Oficial da União de 15 de fevereiro de 2019, Seção 1)*

#### **DECRETO Nº 9.718, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019**

Altera o Regulamento da Ordem de Rio Branco, aprovado pelo [Decreto nº 66.434, de 10 de abril de 1970](#)

**27/02/2019**

#### **DECRETO Nº 9.716, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019**

Revoga dispositivos do Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019, que altera o [Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#), que regulamenta a [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#) - Lei de Acesso à Informação.

	<p><b><u>DECRETO Nº 9.715, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Altera o Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.</p>
<p><b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA FEDERAL</b></p>
<p><b>Atos do Congresso Nacional (CN)</b></p>	<p><b><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2019</u></b>  O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da <a href="#">Constituição Federal</a>, com a redação dada pela <a href="#">Emenda Constitucional nº 32, de 2001</a>, a <a href="#">Medida Provisória nº 859, de 26 de novembro de 2018</a>, publicada e retificada no Diário Oficial da União no dia 27, do mesmo mês e ano, que "Altera a <a href="#">Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990</a>, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para viabilizar a aplicação de recursos do Fundo em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.</p>
<p><b>Presidência da República (PR)</b></p>	<p><b>CASA CIVIL (CCPR)</b>  – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)  <b><u>PORTARIA Nº 10, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Altera disposições da Portaria nº 79, de 31 de dezembro de 2018, que Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação e Comunicações do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação</p> <p><b>CONSELHO DE DEFESA NACIONAL</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  (...)  resolve, por unanimidade: <b>opinar pelo reconhecimento do interesse da Política de Defesa Nacional na Linha de Transmissão 500 kV Lechuga - Equador - Boa Vista</b> (Interligação Manaus-Boa Vista), considerando-a alternativa energética de cunho estratégico para atendimento ao País, e submeter a matéria à apreciação do Presidente da República.  <b>AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA</b></p> <p><b>GABINETE DE INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b>  <b><u>PORTARIA Nº 53, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o Decreto nº 9.410, de 13 de junho de 2018, resolve:  <b>Art. 1º</b> Aprovar o manual de submissão de objetos digitais: descrição física, temática e preenchimento de metadados da Base de Gestão do Conhecimento.  <b>Art 2º</b> Esta Portaria entra em vigor na presente data.  <b>General de Exército WALTER SOUZA BRAGA NETTO</b>  BASE DE GESTÃO DO CONHECIMENTO</p>

	<p>(...)</p> <p><b>SECRETARIA DE GOVERNO</b>  ↳ <b>Secretaria Especial de Comunicação Social</b>  <u><b>PORTARIA Nº 2, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019</b></u>  Dispõe sobre a aprovação do Manual de Uso da marca do Governo Federal.</p>
<p><b>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <u><b>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019</b></u><sup>(*)</sup>  (...)  <b>Art. 1º</b> Alterar o art. 36 da Instrução Normativa nº 71, de 13 de novembro de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:  "Art. 36. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 26 de abril de 2019.(NR)"  (...)  (*) <i>Emissão de Certificado Fitossanitário</i></p> <p><b>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA</b>  ↳ <b>Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas</b>  ↳↳ <b>Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins</b>  <u><b>ATO Nº 14, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019</b></u> (*)  (*) <i>Aprovação de uso de produtos</i></p> <p><u><b>ATO Nº 13, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019</b></u>  (...)  1. Autorizar o uso de produtos já registrados no Brasil à base do ingrediente ativo CLORFENAPIR, na concentração de 240 g/L, para o tratamento de mudas de dipladênia (<i>Mandevilla sanderi</i>) e de dendrobium (<i>Dendrobium nobile</i>) com a finalidade de controle de Thrips palmi, exclusivamente para exportação aos países da União Européia, em atendimento a requisitos fitossanitários deste bloco, conforme Diretiva 2000/29/CE.</p> <p><u><b>ATO Nº 12, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019</b></u> (*)  (*) <i>Aprovação de uso de produtos</i></p>
<p><b>Ministério da Cidadania</b></p>	<p><b>SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>  ↳ <b>Secretaria Nacional de Assistência Social</b>  <u><b>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019</b></u>  Pactua os critérios de partilha para o financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS para os estados e Distrito Federal.</p>
<p><b>Ministério da Defesa (MD)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <u><b>PORTARIA NORMATIVA Nº 12, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019</b></u>  Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.</p> <p><b>COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER)</b>  ↳ <b>Gabinete do Comandante (GABAER)</b>  <u><b>PORTARIA Nº 315, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019</b></u></p>

	<p>Altera dispositivo do Regulamento de Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA).</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento Regional</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 454, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Estabelece procedimentos para a análise da prestação de contas das transferências obrigatórias de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para execução de ações de defesa civil destinadas ao atendimento de áreas afetadas por desastres que tenham gerado o reconhecimento de estado de calamidade pública ou de situação de emergência realizadas sob a égide do art. 51 da <a href="#">Lei n. 11.775, de 17 de setembro de 2008</a>, e do <a href="#">Decreto n. 6.663, de 26 de novembro de 2008</a>.</p>
<p><b>Ministério da Economia</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 78, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Dispõe sobre procedimentos e prazos para operacionalização das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, bem como sobre procedimentos e prazos para a superação de impedimentos de ordem técnica, em atendimento ao disposto no art. 166, §§ 9º a 18, da <a href="#">Constituição Federal</a>.</p> <p><b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 77, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Dispõe sobre a execução das programações incluídas ou acrescidas por Emendas de Bancada Estadual de Execução Obrigatória.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 76, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Regulamenta o artigo 6º da <a href="#">Lei Complementar nº 160/2017</a> (*) e estabelece critérios para a verificação do cumprimento das condições estabelecidas na <a href="#">Lei Complementar nº 24/1975</a>.(**)  (*) <i>Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei no 12.973, de 13 de maio de 2014.</i>  (**) <i>Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências.</i></p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Estabelece regras, diretrizes e parâmetros para aplicação do procedimento informatizado de análise de prestações de contas dos convênios e contratos de repasses, enviadas a partir de 1º de setembro de 2018.</p> <p><b>BANCO CENTRAL DO BRASIL</b>  → Área de Regulação  → Departamento de Regulação do Sistema Financeiro  <b><u>CARTA CIRCULAR Nº 3.935, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Cria e exclui rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional para registro de remuneração do capital.</p> <p><b>SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO Nº 219, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Estabelece a Política de Governança de Tecnologia da Informação e</p>

	<p>Comunicações da Superintendência de Seguros Privados - Susep e dá outras providências.</p> <p><b>SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA</b>  <b>– Secretaria do Tesouro Nacional</b>  <b><u>PORTARIA Nº 120, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  (...) <b>Art. 1º</b> Disponibilizar, no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional na Internet, por meio do endereço <a href="https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais">https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais</a>, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, de acordo com a Portaria nº 389, de 14 de junho de 2018, da STN, relativo ao mês de janeiro de 2019, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.  (...)</p> <p><b>SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA</b>  <b>– Secretaria Executiva</b>  <b><u>ATO COTEPE/PMPF Nº 4, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p>
<p><b>Ministério da Educação</b></p>	<p><b>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Altera a Resolução CD/FNDE nº 14, de 8 de junho de 2012.  (...) <b>Art. 1º</b> A Resolução CD/FNDE nº 14, de 8 de junho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:  "Art.  8º.....  .  .....  § 5º A transferência de recursos para os termos de compromisso que tenham por objeto as ações de aquisição de brinquedos didáticos ou mobiliários e equipamentos realizar-se-á quando a unidade de educação infantil a qual o termo de compromisso esteja vinculado atingir comprovadamente o percentual mínimo de 80% de execução física, declarado no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação - Simec, módulo Obras 2.0.  § 6º O repasse de recursos para as ações mencionadas no parágrafo anterior será efetivado de acordo com as disponibilidades orçamentária e financeira da Autarquia." (NR)  (...)</p>
<p><b>Ministério da Infraestrutura</b></p>	<p><b>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 772, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Revoga a Resolução CONTRAN nº 706, de 25 de outubro de 2017, que dispõe sobre a padronização dos procedimentos administrativos na lavratura de auto de infração, na expedição de notificação de autuação e de notificação de penalidades por infrações de responsabilidade de pedestres e de ciclistas, expressamente mencionadas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e dá outras providências.</p>

<p><b>Ministério da Justiça e Segurança Pública</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 178, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Dispõe sobre a elaboração e a tramitação de propostas de atos normativos em sentido estrito no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública e seu acompanhamento no Congresso Nacional.</p>
<p><b>Ministério do Meio Ambiente</b></p>	<p><b>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  (...)  <b>Art. 1º</b> Estabelecer os procedimentos administrativos no âmbito do Ibama para a delegação de licenciamento ambiental de competência federal para Órgão Estadual de Meio Ambiente - OEMA ou Órgão Municipal de Meio Ambiente - OMMA .  (...)</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  (...)  <b>Art. 1º</b> Estabelecer critérios e procedimentos para anuência prévia à <b>supressão de vegetação primária ou secundária</b> nos estágios médio ou avançado de regeneração na área de aplicação da <a href="#">Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006</a>(<sup>*</sup>), bem como para o monitoramento e avaliação do cumprimento das condicionantes técnicas expressas na anuência, nos termos da citada Lei e do <a href="#">Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008</a>(<sup>**</sup>).  (...)  (<sup>*</sup>) Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.  (<sup>**</sup>) Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.</p>
<p><b>Ministério de Minas e Energia</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 773, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Estabelece os critérios e o preço público para a realização de análises físico-químicas de combustíveis, lubrificantes e graxas pelo Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT) da ANP em amostras contraprova e testemunha.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 772, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Estabelece os preços de referência do gás natural produzido no mês de janeiro de 2019.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 771, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Estabelece os preços de referência dos petróleos produzidos no mês de janeiro de 2019.</p>
<p><b>Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos</b></p>	<p><b>SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO GLOBAL</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Aprova o Relatório da Missão Emergencial a Brumadinho (MG) após rompimento da Barragem da Vale S/A, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.</p>

<p><b>Ministério das Relações Exteriores</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Altera a Portaria nº 531, de 5 de julho de 2017, que institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.</p>
<p><b>Ministério da Saúde</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)</b>  <b><u>CONSULTA PÚBLICA Nº 73, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  (...) <b>Art. 1º</b> - Fica aberta, a partir de 07 de março de 2019, Consulta Pública com prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução Normativa que dispõe sobre os critérios para definição do capital regulatório das operadoras de plano de assistência à saúde e à proposta de Instrução Normativa que altera e acrescenta dispositivos na Instrução Normativa no 14, de 27 de dezembro de 2007, da DIOPE.</p> <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)</b>  → <b>Diretoria Colegiada (DC)</b>  <b><u>CONSULTA PÚBLICA Nº 613, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  (...) <b>Art. 1º</b> Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da Proposta de Resolução de Diretoria Colegiada que dispõe sobre a manutenção do ingrediente ativo Glifosato em produtos agrotóxicos no País e sobre as medidas decorrentes de sua reavaliação toxicológica.  (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA Nº 269, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Dispõe sobre a atualização da lista de Denominações Comuns Brasileiras (DCB).</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA Nº 268, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Dispõe sobre alteração da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 234, de 21 de junho de 2018.  (...) <b>Art. 1º</b> Ficam suspensos o art. 30 e o art. 31 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 234, de 21 de junho de 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências até que seja regulamentado o credenciamento de laboratórios e revistas a Portaria 802, de 8 de outubro de 1988, as Resoluções da Diretoria Colegiada - RDC nº 10, de 21 de março de 2011 e nº 11, de 16 de fevereiro de 2012  (...)</p> <p>→ <b>Quarta Diretoria</b>  → Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 565, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  (...) <b>Art. 1º</b> Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação do produto ACTION, registro nº 80535240050, fabricado pela empresa Orangelife Comércio e Indústria Ltda, CNPJ: 09.449.181/0001-02, localizada na</p>

	<p>Estrada dos Bandeirantes, 11742, Vargem Pequena, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22783111. (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 481, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b> (...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão imediata da importação, distribuição, comercialização e uso do insumo farmacêutico ativo losartana potássica, fabricado pela empresa Hetero Labs Limited, com plantas fabris localizadas em Nakkapally Mandal, Visakhapatnam District, Narasapuram Village, Andra Pradesh, e em Jinnaram Mandal, Sangareddy District, Gaddapotharam Village, Telangana, ambas na Índia. (...)</p> <p>→ <b>Terceira Diretoria</b> → Gerência-Geral de Toxicologia</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 504, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>(*) (...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise. (* <i>Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.</i>)</p> <p><b>SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS)</b> <b><u>PORTARIA Nº 263, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b> Atualiza os procedimentos radioterápicos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).</p>
<p><b>Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais</b></p>	<p><b>CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV)</b> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 1256, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b> Proíbe a inscrição e o registro de egressos de cursos de medicina veterinária ofertados na modalidade a distância e dá outras providências.</p>
<p><b>Publicação DOE-SP</b></p>	<p><b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b></p>
<p><b>PUBLICAÇÃO DOE</b></p>	<p><b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b></p>
<p><b>02/03/2019</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 64.123, DE 1º DE MARÇO DE 2019</u></b> Altera o <u>Decreto 46.082, de 6 de setembro de 2001</u>, que institui regime de diferimento relativamente ao ICMS incidente no fornecimento de insumos para a indústria naval</p> <p><b><u>DECRETO Nº 64.122, DE 1º DE MARÇO DE 2019</u></b> Altera o <u>Decreto nº 55.087, de 27 de novembro de 2009</u>, que regulamenta dispositivos da <u>Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009</u>(*) (* <i>Dispõe sobre o Conselho Estadual da Meio Ambiente - CONSEMA, e dá providências correlatas.</i>)</p>

<p><b>01/03/2019</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 64.121, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Dá nova redação ao artigo 1º do <a href="#">Decreto nº 50.766, de 9 de maio de 2006</a> e autoriza a Fazenda do Estado a outorgar concessão de uso de bem imóvel nas condições e para os fins que especifica (...)</p> <p><b>Artigo 1º</b> - O artigo 1º do Decreto nº 50.766, de 9 de maio de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:  "Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a conceder o uso, pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, em favor do Município de São Paulo, de imóvel consistente em terreno situado no Parque do Ibirapuera, neste município, parte de área maior denominada Invernada dos Bombeiros, totalizando uma área superficial de 85.652,23m<sup>2</sup> (oitenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois metros quadrados e vinte e três decímetros quadrados), com as medidas, limites e confrontações constantes do memorial descritivo e plantas encartados nos autos do processo PGE GDOC-18714.855736/2005.</p> <p>§ 1º - A concessão de uso de que trata o "caput" destina-se à continuidade das atividades desenvolvidas pelo Município no local, bem como ao desenvolvimento de outras de mesma natureza ou correlatas, respeitada a destinação e finalidade precípua do bem.</p> <p>§ 2º - As atividades que constituem a finalidade da presente autorização poderão ser desenvolvidas diretamente pelo Município ou, sob exclusiva e integral responsabilidade deste ente público, mediante cessão a terceiros contratados na forma da lei, inclusive sob regime de concessão de serviços públicos ou de concessão administrativa, sendo imprescindível a observância da finalidade da outorga a que alude o "caput", sob pena de extinção.  (...)</p>
<p><b>28/02/2019</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 64.120, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS as operações com obras de arte comercializadas na Feira Internacional de Arte de São Paulo – SP Arte e dá outras providências</p>
<p><b>27/02/2019</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 16.938, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  <b>Artigo 1º</b> - Ficam classificados como de Interesse Turístico os seguintes Municípios:  (...)</p> <p><b><u>DECRETO Nº 64.117, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto 63.320, de 28 de março de 2018</a>, que divulga a relação dos atos normativos referentes às isenções, aos incentivos e aos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais de que trata o inciso I do "caput" da cláusula segunda do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017</p> <p><b><u>DECRETO Nº 64.116, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Revoga dispositivo do <a href="#">Decreto nº 57.344, de 19 de setembro de 2011</a>, que dispõe sobre a regulamentação da progressão e da promoção de que tratam os artigos 20 a 25 da <a href="#">Lei Complementar nº 1.122, de 30 de junho de 2010</a></p>

	<p><b><u>DECRETO Nº 64.115, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  Acrescenta dispositivos ao <a href="#">Decreto nº 54.644, de 5 de agosto de 2009</a>, que dispõe sobre a composição, a organização e o funcionamento do Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN e dá providências correlatas</p>
<b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b>	<b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b>
<b>Atos do Governador</b>	<p><b><u>EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 0001/2019</u></b>  APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS DO PROJETO DE CONCESSÃO DAS MARGINAIS DO RIO TIETE E PINHEIROS E DA RODOVIA RAPOSO TAVARES  (...)  O presente procedimento de Chamamento Público possui por finalidade disciplinar a preparação, o desenvolvimento e o recebimento dos Estudos, por intermédio da apresentação dos produtos finais mencionados no item 6 (“Produto Final”), a serem desenvolvidos por interessados (“Interessados”), após a obtenção da autorização necessária à elaboração dos estudos (“Autorização”), para revitalização, modernização, manutenção e melhorias na Marginal do Rio Pinheiros, Marginal do Rio Tietê e, também, na SP 270 (Rodovia Raposo Tavares), no trecho entre a Marginal Pinheiros e o Km 34, visando aprimorar as condições de trafegabilidade e segurança.  (...)</p>
<b>Agricultura e Abastecimento (SAA)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SAA - 6, DE 26-2-2019</u></b>  Dispõe sobre considerar de peculiar interesse do Estado, a Laringotraqueíte Infecciosa das Aves (LTI), estabelece procedimentos para sua prevenção e controle no âmbito do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas</p>
<b>Desenvolvimento Social (SEDS)</b>	<p><b>CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO CONSEAS-3, DE 19-2-2019</u></b>  Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para aplicação dos recursos financeiros, do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD/PBF, do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único da Assistência Social – IGD/SUAS, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, do Programa Nacional de Capacitação – Capacita SUAS, do Programa Criança Feliz e do Conecta Suas para o exercício de 2019</p>
<b>Esportes</b>	<p><b>COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER (CEL)</b>  <b><u>PORTARIA G.CEL - 1, DE 28-2-2019</u></b>  Eventos Calendário CEL – 2019</p>

<p><b>Fazenda e Planejamento (SFP)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SFP/APTE 562, DE 18-02-2019</u></b>  Dispõe sobre índices de reajustes de preços de contratos de serviços conforme o disposto no <a href="#">Decreto Estadual 48.326 de 12-12-03</a> e Resolução da Casa Civil 79 de 12-12-03</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SFP/APTE 563, DE 18-02-2019</u></b>  O Secretário da Fazenda e Planejamento APROVA os índices e observações do Comunicado 687 da Assessoria de Política Tributária e Econômica de 18-02-2019, que fazem parte integrante desta Resolução</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SFP 13, DE 27-02-2018 (RET*)</u></b>  Altera a Resolução SF 105, de 27-09-2018, que dispõe sobre a implantação gradual do sistema de Classificação dos Contribuintes do ICMS, previsto no artigo 5º da <a href="#">Lei Complementar 1.320/2018</a>, para execução do Programa de Estímulo à Conformidade Tributária - "Nos Conformes"  <b>(*) Retificação do D.O. de 28-02-2019</b>  <i>Onde se Lê: Resolução SFP 13, de 27-02-2018 Leia - se : Resolução SFP 13, de 27-02-2019</i></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SFP 12, DE 26-02-2019</u></b>  Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de janeiro a dezembro de 2018</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SFP. 11, DE 26-2-2019</u></b>  Estabelece normas complementares para pagamento de proventos ou pensões dos inativos e pensionistas que residem no exterior</p> <p><b>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF)</b>  <b><u>COMUNICADO CONJUNTO CAF/UCRH 00001, DE 28-02-2019</u></b>  Divulga o índice acumulado do IPC/FIPE referente ao exercício de 2018, para fins de reajuste do valor do Adicional de Insalubridade.</p> <p><b><u>COMUNICADO CAF-G 00003, DE 20-2-2019</u></b>  Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de janeiro de 2019</p> <p><b>SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV)</b>  <b><u>PORTARIA SPPREV 89, DE 28-02-2019</u></b>  Dispõe sobre cobrança de contribuição previdenciária de servidores afastados, nos termos das Leis Complementares <a href="#">452/74</a>, <a href="#">180/78</a>, <a href="#">943/03</a>, <a href="#">1012/07</a>, <a href="#">1013/07</a> e dá providências</p>
<p><b>Governo (SG)</b></p>	<p><b>AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO ARSESP 852, DE 26-2-2019</u></b>  Dispõe sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas e sobre as Tabelas Tarifárias a serem aplicadas pela concessionária de distribuição de gás canalizado Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS, de que trata a Deliberação ARSESP 849, de 31-01-2019</p>

<p><b>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</b></p>	<p><b>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG)</b>  <b><u>PORTARIA SUBGCTF 01, DE 8-2-2019</u></b>  Dispõe sobre a organização e as atribuições da Procuradoria da Dívida Ativa, vinculada à Subprocuradoria Geral do Contencioso Tributário-Fiscal, disciplina as rotinas de atuação e dá providências correlatas</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO PGE 7, DE 26-2-2019</u></b>  Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de identificar eventuais reflexos da <u>Medida Provisória 868, de 27-12-2018</u>, na regulação e prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, bem como na modelagem jurídica atualmente adotada para contratualização desses serviços com os Municípios</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO PGE 5, DE 26-2-2019</u></b>  Dá nova redação à Resolução PGE 12/2018, para especificar os procedimentos necessários à efetivação da compensação por ela disciplinada</p>
<p><b>Saúde (SS)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SS-17, DE 25-2-2019</u></b>  Dispõe sobre a ampliação das vagas para Articulador de Atenção Básica no Programa de Apoio Técnico à Atenção Básica do Sistema Único de Saúde no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS - 15, DE 20-2-2019</u></b>  Institui, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, o Corujão da Saúde para realização dos exames de Mamografia Bilateral, Endoscopia Digestiva Alta com sedação, com e sem biópsia, e Ultrassonografia Geral, e dá providências correlatas</p>
<p><b>Segurança Pública (SSP)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SSP-12, DE 25-2-2019</u></b>  Prot.GS 787/19  Institui o Programa de Valorização Profissional Policial Nota 10 e dá outras providências</p>
<p><b>Turismo (ST)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO ST 004, DE 26-2-2019</u></b>  Dispõe sobre a designação de Ouvidor da Secretaria de Turismo</p>
<p><b>Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)</b></p>	<p><b>REITORIA</b>  <b><u>RESOLUÇÃO GR-10, DE 25-2-2019</u></b>  Cria o Instituto de Estudos Avançados (IdEA)</p>
<p><b>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</b></p>	<p><b>REITORIA</b>  <b><u>RESOLUÇÃO UNESP-13, DE 28-2-2019</u></b>  Altera dispositivos do Regimento Geral da Unesp</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO UNESP-12, DE 28-2-2019</u></b></p>

	<p>Altera dispositivos do Estatuto da Unesp</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO UNESP-11, DE 28-2-2019</u></b>  Estabelece normas para a realização de concurso público para provimento de cargo de Professor Assistente e preenchimento de emprego público de Professor Assistente Doutor</p>
<p><b>Publicação DOE - Legislativo</b></p>	<p><b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b></p>
<p><b>02/03/2019</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR</b>  <b><u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 2019</u></b>  Mensagem A-nº 39 /2019, do Senhor Governador do Estado  Altera a <a href="#">Lei Complementar 1.059, de 18 de setembro de 2008</a>, que “dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos ocupantes do cargo de Agente Fiscal de Rendas, institui a Participação nos Resultados - PR, e dá providências correlatas”.  <a href="#">DOE, Legislativo, 02/03/2019, p. 9</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4, DE 2019</u></b>  Mensagem A-nº 38 /2019, do Senhor Governador do Estado  Altera a <a href="#">Lei Complementar 1.059, de 18 de setembro de 2008</a>, que “dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos ocupantes do cargo de Agente Fiscal de Rendas, institui a Participação nos Resultados - PR, e dá providências correlatas”  <a href="#">DOE, Legislativo, 02/03/2019, p. 8</a></p> <p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <b><u>PROJETO DE LEI Nº 59, DE 2019</u></b>  Cria critérios para concessão e manutenção de benefícios fiscais do Estado de São Paulo  <a href="#">DOE, Legislativo, 02/03/2019, p. 9</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 58, DE 2019</u></b>  Todos os envolvidos na cadeia produtiva de fármacos em geral, ficam obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, para que essas substâncias e suas embalagens sejam direcionadas à coleta em locais previamente estabelecidos, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos  <a href="#">DOE, Legislativo, 02/03/2019, p. 9</a></p>
<p><b>01/03/2019</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR</b>  <b><u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 3, DE 2019</u></b>  Altera a <a href="#">Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015</a>,(*) e dá providências correlatas.  (*) Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas.  <a href="#">DOE, Legislativo, 01/03/2019, p. 5</a></p> <p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <b><u>PROJETO DE LEI Nº 55, DE 2019</u></b>  Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferecimento de acomodação separada para as mães de natimorto e/ou mães com óbito fetal, atendidas na rede pública de saúde do Estado de São Paulo, e dá</p>

	<p>outras providências.  <a href="#">DOE, Legislativo, 01/03/2019, p. 6</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 54, DE 2019</u></b>  "Autoriza o Poder Executivo Estadual a conferir tratamento especial aos agentes comunitários de saúde que atuem no Estado de São Paulo e dá outras providências".  <a href="#">DOE, Legislativo, 01/03/2019, p. 6</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 53, DE 2019</u></b>  Altera a <a href="#">Lei nº 16.283, de 15 de Julho de 2016</a>, que dispõe sobre o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos e dá providências correlatas.  <a href="#">DOE, Legislativo, 01/03/2019, p. 6</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 52, DE 2019</u></b>  Autoriza a instituição do Programa Especial de Aprendizagem e dá outras providências.  <a href="#">DOE, Legislativo, 01/03/2019, p. 5</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 51, DE 2019</u></b>  Autoriza o Governo do Estado a criar a Comissão Especial Multidisciplinar de Avaliação (CEMA) e o "Programa de Atendimento e Recuperação do Servidor Adicto" (PARSA) no âmbito estadual  <a href="#">DOE, Legislativo, 01/03/2019, p. 5</a></p>
<p><b>28/02/2019</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <b><u>PROJETO DE LEI Nº 50, DE 2019</u></b>  Autoriza criação, no âmbito estadual, do Programa Família Acolhedora, conforme artigo 227 da <a href="#">Constituição Federal</a> e artigos 4º, 25 e 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, visando propiciar o acolhimento de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por decisão judicial.  <a href="#">DOE, Legislativo, 28/02/2019, p. 9</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 49, DE 2019</u></b>  Dispõe sobre o Turismo pedagógico nas Escolas Públicas e Privadas integrantes do Estado de São Paulo.  <a href="#">DOE, Legislativo, 28/02/2019, p. 9</a></p>
<p><b>27/02/2019</b></p>	<p><b>PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO</b>  <b><u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 1, DE 2019, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u></b>  Altera o § 2º do artigo 9º da <a href="#">Constituição do Estado</a>, e acrescenta o artigo 1º-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.  <a href="#">DOE, Legislativo, 27/02/2019, p. 17</a></p> <p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <b><u>PROJETO DE LEI Nº 46, DE 2019</u></b>  Autoriza o Poder Executivo a Firmar Parcerias e Convênios por intermédio da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SAP), e dá outras providências.  <a href="#">DOE, Legislativo, 27/02/2019, p. 18</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 44, DE 2019</u></b></p>

	<p>Mensagem A-nº 037/2019 do Senhor Governador do Estado (...)  Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos pela <a href="#">Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2007</a>. (...)  <a href="#">DOE, Legislativo, 27/02/2019, p. 18</a></p>
<b>Publicação DO - Cidade</b>	<b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b>
<b>02/03/2019</b>	<p><b>DECRETO Nº 58.648, DE 1º DE MARÇO DE 2019</b>  Introduz alterações nos artigos 2º, 3º e 4º do <a href="#">Decreto nº 46.860, de 27 de dezembro de 2005</a>, que regulamenta a <a href="#">Lei nº 13.973, de 12 de maio de 2005</a>, relativa às contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo – RPPS, adequando-os à <a href="#">Lei nº 17.020, de 27 de dezembro de 2018</a>, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, o regime de previdência complementar de que trata o artigo 40 §§ 14 e 15, da <a href="#">Constituição Federal</a>, e estabelece providências correlatas; fixa outras normas regulamentares pertinentes  <b>Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 02/03/2019, p. 1</b></p> <p><b>DECRETO Nº 58.647, DE 1º DE MARÇO DE 2019</b>  Introduz alterações no artigo 14 do <a href="#">Decreto nº 26.535, de 3 de agosto de 1988</a>, que regulamenta a <a href="#">Lei nº 10.365, de 22 de setembro de 1987</a>, disciplinadora do corte e poda de vegetação de porte arbóreo existente no Município de São Paulo.  <b>Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 02/03/2019, p. 1</b></p>
<b>01/03/2019</b>	<p><b><a href="#">DECRETO Nº 58.643, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019</a></b>  Dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional no ano de 2019.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço:[http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home\\_1\\_0.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx)

#### **Equipe Responsável pelo Boletim:**

Maria Isa de Aquino Sousa  
[mariaisa@sp.gov.br](mailto:mariaisa@sp.gov.br)

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Mauro Sérgio Nascimento da Silva  
[maurosilva@sp.gov.br](mailto:maurosilva@sp.gov.br)

Silvio Tadeu Brígido

[sbrigido@sp.gov.br](mailto:sbrigido@sp.gov.br)

**Secretaria de Governo do Estado de São Paulo**

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

[ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br)

Biblioteca

**Cancelamento:**

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para [ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br) ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107